



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

INTERVENÇÃO NO ENCERRAMENTO DO DEBATE DO ORÇAMENTO DE ESTADO NA GENERALIDADE

José Manuel Pureza

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2010

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhoras e senhores membros do Governo

O debate que hoje se encerra foi um momento clarificador da política portuguesa. Ao discutirmos o Orçamento de Estado, discutimos as escolhas políticas para o governo do país, para a defesa das pessoas, para uma democracia mais completa.

E só há um pressuposto certo e seguro quando se discute o Orçamento: é que nada nele é inevitável. Arrecadar receita para

fazer face à despesa é uma questão técnica; mas escolher onde se vão buscar esses recursos e que tipo de despesa se vai fazer, isso é uma decisão política. Discutir o Orçamento de Estado é, pois, a mais política das discussões. E o discurso das inevitabilidades é aqui o mais ideológico dos discursos, que serve apenas para camuflar o conservadorismo e a resignação. A isso chamámos derrotismo.

Derrotismo seria no dia de hoje ignorar o clima de desagregação, de confusões judiciárias, e sobretudo de recusa persistente de esclarecimento acerca de todas as dúvidas legítimas sobre como se portou o Estado e o Governo em relação à operação de compra da TVI e à eventual tentativa de condicionar a sua linha editorial. Perante o episódio incendiário de hoje, quero reafirmar ao Parlamento que o Bloco de Esquerda mantém como sempre a mesma atitude de separação entre a justiça e a política e de procurar aqui mesmo - que é local próprio para a fiscalização dos actos do governo, todo o esclarecimento que é devido ao país para que não reste nenhuma dúvida.

Esse combate ao derrotismo é a disputa essencial neste debate sobre o Orçamento de Estado. Ontem mesmo, num momento de grande clarividência, o Senhor Primeiro Ministro disse o que tinha que ser dito sobre as escolhas políticas do Orçamento de Estado. Interpelando a bancada do Bloco de Esquerda, sugeriu que teríamos posto como condição para a viabilização do Orçamento que ele expressasse uma mudança de política. Pretensão sacrílega para o Governo, claro está. Mas nesse arroubo de lucidez, o Senhor Primeiro Ministro mostrou com clareza duas coisas: primeira, que o Governo, o PSD e o CDS aceitaram associar-se na aprovação deste Orçamento porque nenhum deles precisou, para isso, de mudar de política; e por isso mesmo, em segundo lugar, que toda a negociação que conduziu com o PSD e o CDS não passou, para qualquer das partes envolvidas, de um exercício de fingimento. O Governo quis fazer este orçamento com o PSD e o CDS, e essa escolha política estava clara e sólida muito antes de quaisquer reuniões.

Este é portanto o orçamento do Governo, do PSD e do CDS que se irmanam na conservação das receitas que perpetuam o

atraso do país e geram o mais grave défice com que nos confrontamos: o défice social materializado em mais de dois milhões de pobres, em 650.000 desempregados, em dois milhões de precários. E o Governo, o PSD e o CDS juram já fidelidade entre si para que esta coligação negativa dure pelo menos até 2013 – este orçamento não é senão o primeiro episódio de um implacável rolo compressor dos direitos dos trabalhadores e das políticas sociais que é o Programa de Estabilidade e Crescimento.

“Manter o rumo” – eis o propósito da coligação entre o Governo, o PSD e o CDS. Castigadas e desalentadas, com vidas que há muito se resumem na palavra ‘sacrifício’, as pessoas lá fora perguntam-se atónitas: mas manter o rumo para quê? Acaso as escolhas deste orçamento, como as dos anteriores, trouxeram estabilidade aos mais pobres e crescimento à democracia?

Estas são as perguntas a que temos que dar resposta hoje. É essa a nossa responsabilidade. As pessoas lá fora não aceitam mais álibis. Pode o Senhor Primeiro Ministro continuar a aumentar a lista dos culpados pela vida castigada da grande maioria dos portugueses e das portuguesas: primeiro os governos

anteriores ao seu, depois a crise financeira, agora os mercados internacionais. Formalmente, o Primeiro Ministro e o Governo não sabem nada sobre a sua própria responsabilidade. É de responsabilidade que se trata: um Governo que passa cinco anos a desculpar-se com responsabilidades de outros e suposta falta de sorte não tem mais desculpa. E é agora que essa clarificação se tem que fazer: a aliança que o Governo quis fazer, desde a primeira hora, com o PSD e o CDS não o dispensa, antes lhe exige, bem como ao Partido Socialista, que tornem claras as respostas à pergunta pelas razões das suas opções neste orçamento.

Os três parceiros da coligação orçamental invocam a mancha difusa do interesse nacional para lhes servir de biombo que disfarça a sua convergência política fundamental. Como se o interesse nacional fosse de sentido único e obrigatório. Não, não é. O interesse nacional definido pelas agências de notação não é seguramente o mesmo que o interesse nacional construído pelas organizações de combate à pobreza. O interesse nacional definido pela Associação Portuguesa de Bancos ou pelos investidores no

offshore da Madeira não é certamente o mesmo que o interesse nacional construído pelos 350.000 desempregados sem direito a qualquer apoio. Invocar o interesse nacional para legitimar esta coligação orçamental é pois apenas uma operação de disfarce da comunhão convicta de escolhas convictas entre o Governo, o PSD e o CDS.

Há quem ganhe e há quem perca com este orçamento. E não há interesse nacional que esconda essa diferença essencial. Ganham os especuladores da bolsa, que podem clamar vitória por o PS ter rompido o seu compromisso eleitoral de taxar as mais-valias bolsistas. Formalmente, o Senhor Primeiro Ministro não sabe nada sobre isto. Ganham as empresas de construção a quem as derrapagens financeiras nas adjudicações de auto-estradas vão dando bónus milionários. Formalmente, o Senhor Primeiro Ministro ignora do que se trata. Ganham os grupos que vivem de rendas garantidas pelo Estado ao abrigo de parecerias público-privadas nas quais, como o Tribunal de Contas tem repetidamente denunciado, o risco é sempre algo para ser assumido pelos contribuintes e os lucros revertem sempre e só para os privados,

para quem o Governo transferirá 700 milhões de Euros só neste ano. Formalmente, o Senhor Primeiro Ministro nada sobre o assunto. Ganham os principais bancos que – números de hoje – terão lucros diários de 4 milhões de Euros ao mesmo tempo que sobem à vontade os spreads do crédito às pessoas e à economia. Formalmente, o Senhor Primeiro Ministro acha que são delírios da oposição.

Mas há também quem perca, e muito, com este orçamento. Perdem os funcionários públicos, cujo rendimento real caiu 6% nos últimos dez anos e que verão os seus salários – dos mais baixos de toda a Europa – congelados pelo menos até 2013. Perdem aqueles e aquelas que, ao fim de toda uma vida a descontar para a reforma, se vêem agora entalados entre terem que trabalhar mais anos ou serem crescentemente penalizados por exercerem o seu direito de se reformarem. Perdem todos os que buscam o cuidado do Serviço Nacional de Saúde e que se arriscam a recorrer, já em 2010, a hospitais financeiramente estrangulados condenados por isso, a curtíssimo prazo, a não tratar convenientemente os doentes que não podem recorrer ao

sector privado. Perdem os reformados e reformadas com pensões mais baixas, que terão um aumento indigno inferior a 3 euros, ou seja, menos de 10 cêntimos por dia. Perdem os desempregados e desempregadas que, por força de uma estimativa de crescimento do desemprego totalmente fantasiosa e numa revelação de lamentável falta de sensibilidade social mínima, verão as verbas para as políticas de apoio indecentemente sub-orçamentadas ao mesmo tempo que se lhes prometem estágios como horizonte de vida.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhoras e senhores membros do Governo

O interesse nacional – que o Governo, o PSD e o CDS invocam para justificar a sua aliança orçamental – não junta por milagre à volta do orçamento quem com ele ganha e quem com

ele perde. Não há como ficar dos dois lados. O Governo, o PSD e o CDS juntam-se ao lado de quem ganha. O PS faz também uma escolha política clara e não haverá para ela quaisquer novas oportunidades. Pelo nosso lado, honraremos o compromisso que temos para com quem precisa de estabilidade e de crescimento a sério, no espaço das suas vidas quotidianas, e não de ser sempre mais e mais castigado e afastado de uma cidadania efectiva e para quem a democracia que se esvazia, a cada dia que passa, de conteúdo justo e denso. Em nome desse compromisso com os mais pobres e do seu lugar primordial no desenho do interesse nacional, votaremos contra esta proposta orçamento.

Disse.